

Carnaval do Recife: no limiar da espetacularização *versus* participação (1972-2002)

Augusto Neves da Silva¹

augustonev@gmail.com

Como todas as outras cidades Recife é múltipla, plural e diversa. E entre estas várias construções possíveis para a capital pernambucana, elegi para este trabalho a “*Recife festiva*”, a “*Recife carnavalesca*”². Com isso não quero afirmar que vou analisá-la de forma isolada, mas em vez disso procuro levar em consideração a multiplicidade da invenção cotidiana, da qual se alimentam as urbes, pois, como bem afirmou o historiador Antônio Paulo Rezende ao propor o estudo da cidade do Recife, (REZENDE, 2002: 19):

Nem tudo pode ser esclarecido ou contado, descoberto ou revelado. [...] a construção da história lida com limites, defronta-se com as armadilhas da memória, com as tantas perdas materiais que evitam que certos acontecimentos sejam registrados, com os conflitos políticos que criam versões que se chocam, confundindo e provocando debates.

Durante muito tempo, os historiadores ignoraram as manifestações festivas. Mesmo diante de algum alento no que se refere ao carnaval, no entanto ainda são poucos os estudos que tomam a festa carnavalesca como palco de análise. De acordo com a historiadora Rachel Soihet (1999):

[...] durante largo tempo, o carnaval não foi uma temática frequentada pelos historiadores. Os avanços na história cultural contribuíram para a mudança desse panorama, embora ao ingressar nos domínios de Clio, o carnaval fosse por muitos considerado como um tema menor, periférico, desmobilizador. A maioria dos historiadores não conseguia perceber a complexidade dessa forma de expressão, de grande riqueza para o descortínio das atitudes, valores e comportamentos dos diversos grupos sociais. Não vislumbravam naquela festa um palco marcado pela dialética dominação/resistência, possibilitando-lhes alcançar significados sociais, por vezes inacessíveis através de outros caminhos.

¹ Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre (2011) e graduado (Licenciado - 2007; Bacharel - 2009) em história pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

² Retomo nesse artigo algumas das questões apresentadas no projeto de doutorado à banca de seleção de Contemporânea II, na Universidade Federal Fluminense; e Cultura e Memória na Universidade Federal de Pernambuco.

Assim, mediante esse cenário de exclusão, uma pergunta pode se fazer: porque os historiadores brasileiros teriam/têm se recusado a fazer da folia de momo um objeto de estudos? Diante da variedade de documentação, provavelmente, como afirmou a historiadora Maria Clementina Pereira Cunha, "parte da resposta esteja no fato de que a força do símbolo perdure quase que indiscutivelmente por aqui, e muitos se acostumaram a julgar que o carnaval, que está no 'sangue', dispensa o esforço de reflexão" (CUNHA, 2001: 308).

No entanto, as festas são lugares possíveis de investigação histórica. Não só são campos de lutas concretas entre grupos ou indivíduos, mas também são espaços de luta simbólica (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011: 134-150). Como bem afirmou o historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior (2011: 148), "a festa é um acontecimento e, como tal, ocorre a cada vez, por isso seu ser se diz na diferença e não na identidade e na tradição". Diante dessa perspectiva, o historiador deve pensar os significados e as mudanças das festas em sua própria historicidade, bem como compreender "a dinâmica relação das festas com as experiências dos homens e mulheres que as tornaram, em qualquer época e local, autênticas e concorridas" (ABREU, 1999: 38).

Dessa forma, o artigo **Carnaval do Recife: no limiar da espetacularização versus participação (1972-2002)** se propõe a ver a festa carnavalesca como um espaço onde se exprimem as negociações, os conflitos, os diálogos, as disputas entre os sujeitos sociais que se "digladiavam", não só em torno dos sentidos e significados a serem dados à festa, mas também das práticas que a constituíram e dos códigos que a regeram, e que estabeleciam assim as regras do que foi permitido ou mesmo excluído nos dias de folia da capital pernambucana.

Dessa forma, procuro romper com as evidências de que o carnaval em Recife já possui um sentido em si próprio, como um fenômeno único, imutável e atemporal. Os dias de folia são frutos do seu tempo e devem ser analisados levando em consideração as práticas que o constituíam como um importante momento na vida social. "Deve-se estar atento às múltiplas experiências construídas pelos foliões, ouvir os ecos dessa história e assim ir em busca de outras sonoridades, que podem falar mais sobre essa festa e das relações sociais que se teciam no seu interior" (CUNHA, 2001). E com isso construir outros horizontes historiográficos em torno desse acontecimento.

O carnaval é uma festa que me atrai muito. Fico encantado com a forma dos foliões se divertirem; suas expectativas para que os dias de folia logo cheguem; suas frustrações e renovações em torno da chegada de um novo reinado de momo. Recife é um espaço em que as representações construídas a seu respeito definiram-no como possuidor de um dos mais atrativos e populares³ carnavais do Brasil.

O carnaval figura como elemento integrante daquilo que costumeiramente rotulou-se de cultura pernambucana. Os dias de folia recifense são conhecidos também como uma festa marcadamente *popular*. Pousa sobre parte da historiografia a respeito do tema a concepção de que a popularidade é um elemento indissociável da festa carnavalesca.⁴

No entanto as festas são frutos de seu tempo, pois, como bem destacou Michel de Vovelle, da mesma forma que não há “História Imóvel, não há uma festa imóvel” (VOVELLE, 1991: 251). Assim procuro os caminhos que levaram o carnaval em Recife a se tornar um dos símbolos da cultura pernambucana e, ao mesmo tempo, como esse aspecto de *popular* foi sendo (re) construído nesses anos. Interessam-me, nesses dias de folia, as lutas, os conflitos, as disputas, as negociações que fizeram com que a imagem dessa festa como *popular* pudesse emergir.

É importante salientar que o termo *popular* é bastante recorrente quando se busca estudar o carnaval do Recife. Em diferentes momentos encontra-se referência a ideia de um

³ O termo popular é extremamente controverso. Já foi utilizado com objetivos e contextos bastante variados, quase sempre envolvidos com juízos de valor, idealizações, homogeneizações e disputas teóricas e políticas. Cf. ABREU, Martha. Cultura popular: um conceito e várias histórias, In: *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Martha Abreu e Rachel Soihet (Orgs). 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009. Sobre as problematizações em torno do termo popular ver também: HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular, In: *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte/ Brasília: Ed.UFMG/UNESCO, 2003; CERTEAU, Michel. A beleza do morto, In: *A cultura no plural*. Campinas, Papyrus, 1995.

⁴ Sobre isso ver parte da historiografia sobre o tema do carnaval em Recife: LIMA, Cláudia. *Evoé: história do carnaval. Das tradições mitológicas ao trio elétrico*. 2. ed. Recife: Raízes Brasileiras, 2001; MAIOR, Mário Souto & SILVA, Leonardo Dantas. (Orgs). *Antologia do Carnaval do Recife*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1991; LAPENDA, Ana Lucia; BARRETO, José Ricardo Paes; SANTOS, Maria Francisca Oliveira. *Banhistas do Pina: evolução de um bloco*. Recife: Avellar, 1994; SEBE, José Carlos. *Carnaval, carnavais*. 1. ed. Sao Paulo: Ática, 1986; *CARTILHA do carnaval*. [Recife]: Prefeitura do Recife, 2008; *CARTILHA do carnaval*. [Recife]: Prefeitura do Recife, 2009; *CATÁLOGO de agremiações carnavalescas do Recife e região metropolitana*. [Recife]: Associação dos Maracatus de Baque Solto de Pernambuco, 2009; TAVARES, Marileide; ARLÉGO, Edvaldo. *Ei, pessoal! vamos conhecer o Recife!*. 3. ed. Recife: Edificantes, 1997; TELES, José. *O frevo: rumo à modernidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2008; LIMA, Cláudia Maria de Assis Rocha. *Historia do carnaval: A maior folia do mundo*. 1. ed. Recife: Inojosa, 1996; LIMA, Cláudia Maria de Assis Rocha. *Historia do carnaval: Viva Capiba no maior carnaval do mundo*. 1. ed. Recife: Inojosa, 1998.

carnaval recifense atrelado a concepção de *popular*.⁵ E este *popular*, com o passar dos tempos, costumeiramente, assume feições diferentes uma das outras.

O recorte temporal entre 1972 e 2002 justifica-se por, nesses anos, buscar-se (re) construir uma identidade do carnaval recifense atrelado a imagem de uma festa *popular*. A volta ao carnaval *popular* foi uma das metas dos indivíduos que dirigiam a festa momesca. Tenho sensibilidade de compreender que não há um formato único do que seria esse *popular*. O "ser *popular*" é constantemente clamado, entretanto, em momentos diferentes assume feições diversas. Assim sendo, é importante aqui compreender que formato de *popular* era esse defendido entre os anos de 1972-2002.

Já durante a pesquisa de mestrado pude visualizar que no íterim entre 1972-2002 ocorreu uma das principais disputas em torno de um modelo para a festa carnavalesca recifense. Os conflitos eram pautados em torno dos embates entre os grupos que defendiam uma folia momesca baseada na espetacularização *versus* os que preferiam um formato de festa baseado na participação. Era o famigerado debate que os jornais locais nomearam das disputas entre a participação *versus* a espetacularização.

As problematizações no que tange a essas disputas começaram a ser pensadas já durante a pesquisa de mestrado, pois, constantemente, despontavam, das matérias de jornais que consultava, indícios que direcionavam o olhar do pesquisador para o fato de que o carnaval em Recife deveria ter um sentido *popular* inerente à festa. Era como que o popular fosse uma espécie de fenômeno natural do lugar, uma marca identitária do carnaval local.

O carnaval em Recife era louvado pela crítica especializada por ser o mais *popular* do Brasil. Esse título era motivo de ostentação em muitas matérias dos jornais que circulavam pela capital pernambucana. Estou ciente das dificuldades de se trabalhar com o termo *popular*, mas acredito que as respostas para os significados construídos para o termo devam

⁵ Para saber mais sobre a ideia do popular atrelado a própria concepção do carnaval do Recife, ver: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: Máscaras do Tempo_ entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife*. Recife, Fundação de Cultura da cidade do Recife, 1996; SILVA, Lucas Victor. *O carnaval na cadência dos sentidos: uma história sobre as representações das folias do Recife entre 1910 e 1940*. Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

ser buscadas na documentação a ser pesquisada e analisada. E pela investigação que já realizei pude visualizar que essa construção, em torno da ideia de *popular*, estava atrelada a três questões:

- 1__ O *popular* deveria ser entendido como um aspecto inerente à festa recifense; era como se fosse algo simbiótico à folia carnavalesca local.
- 2__ O carnaval em Recife era *popular* porque tinha o poder de atrair pessoas para o festejo. Dito de outra forma, era *popular* porque tinha uma grande atratividade sobre os foliões.
- 3 __ Em Recife o carnaval era *popular* porque os foliões podiam, nos dias de folia, “brincar alegremente” nas ruas da capital pernambucana, sem distinção de classe social, cor de pele ou sexualidade.

Tenho sensibilidade de que as três questões apontadas acima são indícios da documentação, aquilo que está dado e naturalizado. Entretanto, na investigação histórica, precisa-se diferenciar as redes em que essas questões foram instituídas, reconstituir os fios que as ligaram e que fizeram com que se engendrassem, umas a partir das outras. Por meio da análise desses documentos busco rastrear a sua elaboração, os seus recortes, as suas ordenações, suas ligações e seus pertencimentos. Compartilho com Michel Foucault quando este afirma que “O documento, pois, não é mais para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram [...] ela procura definir no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações” (FOUCAULT: 2012, p. 08).

Acredito que diante do processo de construção do carnaval *popular* do Recife entre os anos de 1972 e 2002 as políticas públicas exerceram papel preponderante na definição dos contornos que a festa carnavalesca veio a seguir. Nesse período os dias de momo da capital pernambucana passou por significativas mudanças, ocasionadas, entre outras questões, pelo desejo do poder público de (re) organizar do festejo de momo. Visto que Leis Municipais — como é o caso das Leis Nº. 10.537/72 e Nº. 13. 535/79 — procuravam dar uma (nova) feição a essa festa procurando assim definir o seu formato pautado sobre a égide do *popular*. Formato este que será modificado a partir dos anos de 2002 quando ocorre a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), e com isso iniciou-se o processo de construção do carnaval do Recife

como uma festa multicultural⁶, é o denominado carnaval da multiculturalidade,⁷ por meio da Lei Nº. 16.784/02.

Na leitura de algumas matérias de jornais desses anos (1972-2002), pude visualizar em muitas delas que a peculiaridade *popular* da festa carnavalesca recifense, tão louvada em outros anos, estava morrendo, e que as autoridades municipais deveriam intervir para ‘resgatar’ a grandiosidade de outrora dos dias de folia da capital pernambucana. As matérias dos periódicos sinalizavam que a festa de momo estava perdendo sua atratividade.⁸

Diante disso, começam a ser discutidos nos periódicos quais os motivos para tal fracasso. Um leque de questões passaram a ser apontadas como os possíveis ‘problemas’ para os insucessos dos dias de folia. Estas iam desde a relação do carnaval com o poder público (oficialização e dirigismo da festa), até as transformações ritualísticas e estéticas pelas quais as agremiações passavam.

No que tange à relação do carnaval com a política⁹, inúmeros intelectuais¹⁰ sinalizaram em publicações nos jornais que a ‘oficialização’ da festa era um dos motivos para

⁶ De acordo com o antropólogo Hugo Menezes, o carnaval multicultural do Recife “é pretensamente baseado no conceito de multiculturalidade, amparado em palavras-chave como diversidade, participação, descentralização e tradição. Basicamente, a estrutura festiva conta com polos estrategicamente espalhados pela cidade, com características específicas que se refletem no quadro de suas atrações. O mais importante, porém, é a força de seu discurso que, de tão insistente em suas palavras-chave, extrapola o carnaval e rotula o Recife como Capital Multicultural do Brasil.”. MENEZES NETO, Hugo. *Tem samba na terra do frevo! a batalha frevo x samba no carnaval multicultural do Recife*. Revista: *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 45-59, nov. 2010.

⁷ Segundo Stuart Hall, o termo multicultural é qualificativo, relacionado a peculiaridades sociais e problemas de governabilidade em qualquer sociedade na qual convivem diferentes comunidades culturais, enquanto o termo multiculturalismo é substantivo, referindo-se a estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade gerados pelas sociedades multiculturais, “O multiculturalismo refere-se a estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiculturalidade gerados pelas sociedades multiculturais. É normalmente utilizado no singular significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta estratégias multiculturais”. HALL, Stuart. *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte/ Brasília: Ed.UFMG/UNESCO, 2003, p. 52.

⁸ Nelson Ferreira: velhos carnavais (1), *Jornal da Cidade*, 12 a 18 de janeiro de 1975, p. 04. Nelson Ferreira: velhos carnavais (2), *Jornal da Cidade*, 19 a 25 de janeiro de 1975, p. 06. Em 75 um carnaval de música velha, *Jornal da Cidade*, 12 a 18 de janeiro de 1975, p. 07. Eis o nosso carnaval, *Jornal da Cidade*, 29 de dezembro de 1974 a 05 de janeiro de 1975, p. 07. Um carnaval em declínio, *Jornal da Cidade*, 09 a 15 de fevereiro de 1975, p. 04. Frevo cede terreno para samba, *Diário de Pernambuco*, 06 de dezembro de 1975, 1º caderno, p. 03; Frevo morre: amorfina-se o povo pernambucano? *Diário de Pernambuco*, 26 de fevereiro de 1976, 2º caderno, p. 05; Estado atual do frevo, *Diário de Pernambuco*, 29 de fevereiro de 1976, 2º caderno, p. 12.

⁹ Quando destaco essa relação com a política na festa, estou me referindo aos momentos em que o poder público municipal passou a intervir de forma direta nos festejos de momo. Sobre isso destaco a criação da Federação Carnavalesca em 1935, que ficou a cargo da organização dos festejos momescos da cidade até o ano de 1944 e a oficialização pela Prefeitura da Cidade do carnaval em 1955/56, onde as agremiações carnavalescas passaram a contar com uma verba dos cofres públicos para custear parte das despesas com as suas apresentações durante os

a sua ‘decadência’. A respeito dessa questão o jornalista Paulo Viana¹¹ expôs: “A experiência mostra que após 22 anos de oficialização o poder público em nada contribuiu para melhorar o nosso carnaval”.¹²

É possível visualizar com essas questões muitos conflitos em torno de uma prática para os dias de folia em Recife. Muito mais do que consenso havia as disputas, as lutas em torno do formato de festa que sairia ‘vencedor’ nesse debate. Os contornos da folia momesca eram constantemente revistos, reordenados e reorganizados por quem era responsável pela sua direção.

Em meio a essas discussões, a respeito dos rumos que os dias de momo em Recife deveriam tomar, os representantes do poder municipal determinaram em 1972 — por meio da Lei Nº. 10.537 — que os festejos carnavalescos deveriam ter um sentido turístico. Assim sua organização passou para a EMPETUR (Empresa de Turismo de Pernambuco). Um dos objetivos dessa proposta era que a festa pudesse ser vendida (não só dentro como fora do Estado) e com isso atraísse foliões de outras localidades.¹³ E a ideia de *espetáculo*¹⁴ foi

festejos de momo. Para saber mais a respeito do período em que a Federação Carnavalesca Pernambucana organizou os festejos momescos ver: VIDAL, Francisco Mateus Carvalho. *A fresta do Estado e o brinquedo para os populares: histórias da Federação Carnavalesca Pernambucana*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010. Já sobre a oficialização do carnaval pela Prefeitura da cidade ver, especialmente o segundo capítulo: SILVA, A. N. *Quem gosta de samba, bom pernambucano não é? (1955-1972)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

¹⁰ Compartilho com as colocações de Jean-François Sirinelli, quando destacou que os intelectuais de fato são por ofício, “os detentores do sentido das palavras: eles as forjam e as transmitem, e por isso mesmo se encontram nos dois lugares-chave da expressão cultural: a formulação e a transmissão. Seu papel na gênese e na circulação tanto das culturas políticas quanto de certos processos de memória constitui, pois, uma realidade histórica inegável.”. SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações historiográficas, In: *Cultura política, memória e historiografia*. (Orgs.). Cecília Azevedo.... [et al.]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 47.

¹¹ O jornalista Paulo Viana nasceu em 1922. Graduiu-se em sociologia pela UFPE, mas dedicou parte de sua vida ao exercício do jornalismo. Tinha fortes ligações com a cultura negra e com o carnaval. Trabalhou em diversos jornais pernambucanos, a exemplo do Diário da Noite, Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e Jornal da Cidade. Faleceu no dia 30 de novembro de 1987. Tambores silenciam: morre o folclorista Paulo Viana, *Diário de Pernambuco*, 01 de dezembro de 1987, p. A11.

¹² É necessário desoficializar, *Jornal da Cidade*, 16 a 22 de fevereiro de 1975, p. 10.

¹³ De acordo com a historiadora Déborah Callender nos anos de 1970, a política da EMPETUR estava voltada à divulgação das várias práticas culturais populares do Estado por meio de espetáculos públicos promovidos em diversos espaços de lazer da cidade. Era a promoção do Espetáculo. Cf. FRANÇA, Déborah Gwendolyne Callender. *Quem deu a ciranda a Lia: a história das mil e uma lias da Ciranda (1960 – 1980)*. Recife, UFPE: Dissertação de Mestrado em História, 2011, p. 83.

¹⁴ Para Guy Debord o espetáculo é constituído por uma relação social entre pessoas, um processo que se constrói mediado por imagens. Cf. DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

escolhida para ser a ‘mola propulsora’ desse momento. Assim as bases para a concepção de ‘*carnaval espetáculo*’ foram estabelecidas.

Nesse sentido, o carnaval em Recife na década de 1970 deveria estar voltado à prática do espetáculo. Com isso, as apresentações das agremiações nas passarelas ganharam mais visibilidade, o controle do tempo de desfile dos grupos carnavalescos ficou mais rígido, houve uma maior preocupação com o visual (qualidade) das fantasias. “Durante o carnaval espetáculo as agremiações se preocupavam muito mais com as fantasias do que as músicas, e isso enfraqueceu o frevo”.¹⁵

No limiar desse cenário emerge um debate dos mais relevantes em torno de uma prática para a festa carnavalesca em Recife. *Espectáculo ou Participação?*¹⁶ Na concepção de espetáculo, os seus opositores, salientavam que os súditos de momo tornavam-se meramente espectadores, pois com a prática do *espetáculo* associada à folia se consolidavam os cordões de isolamento, os horários de apresentação das agremiações torna-se mais rígidos, o itinerário que cada uma deveria seguir, e o crucial: o visual das agremiações torna-se central nas apresentações. E para os defensores da ideia de *participação*, o carnaval era a festa da liberdade, onde os foliões deveriam brincar alegremente, sem separação entre público brincante e espectador, as agremiações apresentavam-se como "arrastão" saíam dos bairros periféricos se dirigindo ao centro do Recife arrastando milhares de foliões até a apresentação diante da comissão julgadora (SILVA, 1991).

Na base do carnaval *espetáculo* estavam as escolas de samba e a passarela. Dois dos itens mais criticados, segundo as matérias dos jornais, pelos defensores do tradicionalismo da festa carnavalesca recifense. Acusavam a passarela de separar o público brincante do espectador, e de tornar os foliões em meros espectadores, pois retirava dos súditos de momo, o direito de participar da festa. Entretanto, sabe-se que do ponto de vista do ritual o olhar espectador também é uma forma de participação.

Ao assumir a direção dos festejos momescos, a Fundação de Cultura da Cidade do Recife, criada em 1979 em meio a esse debate através da Lei Nº. 13. 535, — sob a presidência

¹⁵ Recifense crer na volta do carnaval participação. *Diário de Pernambuco*, 03 de janeiro de 1980, p. A13.

¹⁶ Tanto a nomenclatura ‘*carnaval espetáculo*’, como ‘*carnaval participação*’, estão presentes nas matérias dos jornais que circulavam pela capital pernambucana.

de Leonardo Dantas Silva¹⁷ — procurou implantar o que denominou do ‘resgate’ à marca do carnaval local, ou seja, seu aspecto *popular*, com o *slogam*: “nada de novo, tudo de novo”.¹⁸ Os representantes da Fundação de Cultura procuravam (re) ordenar os festejos a momo, retirando tudo o que acreditavam que estava ameaçando seu sucesso e introduzindo novos elementos aos dias de folia.

Entre 1980 e 1983, reinou no Recife o verdadeiro *carnaval participação*, com suas multidões frevolentas se arrastando no acompanhamento da *Frevoica* e das agremiações carnavalescas, a partir da segunda-feira da semana pré-carnavalesca e explodindo na manhã do sábado com a saída do *Clube de Máscaras O Galo da Madrugada*, como a demonstrar aos descrentes e fracos de espírito que a *Capital do Frevo* não carece de imitações e, muito menos, de importações outras. Os ritmos criados pelo seu povo são o suficiente para a sua animação [...]. (SILVA, 2000: 300).

Nesse sentido, acredito que as políticas culturais¹⁹ implementadas, em diferentes momentos, pelo poder público municipal tiveram papel preponderante neste cenário. As Leis e Decretos-Leis municipais procuravam instalar uma prática para o carnaval da capital pernambucana nestes anos (1972-2002), buscavam definir um formato (modelo) de festa. Assim, faz-se relevante historicizar e rastrear esses procedimentos, compreendendo os conflitos e as tensões desenvolvidas no seio da cidade em torno desse processo.

Em meio à emergência de uma festa dirigida pela Fundação de Cultura, esse momento ocasionou um dos mais relevantes debates em torno de uma prática para o carnaval da cidade. Entre os anos de 1980 e 1983, foi vivido no Recife o período da ‘despassarelição’ ou seja, a retirada das passarelas como elemento integrante dos festejos momescos.

¹⁷ Leonardo Antônio Dantas Silva, nasceu em 1945, no Recife-PE. Formou-se em Direito, mas desde cedo dedicou-se ao jornalismo trabalhando no Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco. É um dos mais importantes memorialistas sobre o carnaval do Recife. Escreveu várias obras sobre a história da capital pernambucana, entre elas: *Recife: uma história de quatro séculos*. Recife: Prefeitura do Recife - SEC, 1975; *O frevo pernambucano*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana. Centro de Estudos Folclóricos, 1990; *Carnaval do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000.

¹⁸ Fundação prepara-se para tríduo de momo, *Diário de Pernambuco*, 03 de janeiro de 1980, p. A-13.

¹⁹ As políticas públicas culturais podem ser definidas como “o conjunto de ações de determinado Estado ou agente político direcionadas à cultura”. (MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia, In: *Culturas Políticas na História. Novos Estudos*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009, p. 25). Para saber mais sobre o tema das Políticas Culturais ver também: URFALINO, Philippe. A História da Política Cultural, In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

Era diante das passarelas que as agremiações se apresentavam ao público e à comissão julgadora do carnaval. O episódio da sua retirada provocou queixas da maioria dos sambistas que acusavam a Fundação de Cultura ‘de um golpe duro no samba e nas escolas de samba’. Segundo, os sambistas relataram em algumas matérias de jornais: “trata-se de uma tentativa de minar o crescimento do samba na cidade, em nome do frevo”.²⁰

Os organizadores do carnaval justificaram a retirada das passarelas como um fator necessário para que a “cidade do Recife pudesse viver os dias de momo de outrora”. A capital pernambucana precisava se reencontrar com o seu “verdadeiro carnaval”. E as passarelas representavam um empecilho a esse processo. Os representantes da Fundação de Cultura da cidade do Recife — órgão então responsável pela organização dos festejos momescos — entendiam que a presença da passarela transformava os foliões em meros espectadores da folia, pois dividia o público entre participantes (indivíduos que desfilavam com as agremiações) e espectadores (sujeitos que estavam nas arquibancadas montadas junto às passarelas).

Inovações também foram propostas nesses anos ao reinado de momo. Como foi o caso da introdução da ‘frevioca’²¹ e de concursos de música de frevo (SILVA, 2000). Essas novas questões tinham por objetivo dar ao frevo um maior destaque, já que em anos anteriores outros ritmos estavam ameaçando sua atratividade como cartão postal do carnaval em Recife, como foi o caso do samba e do Axé²².

É nesse momento também que o Clube de Máscaras Galo da Madrugada emerge. Acredito ser importante compreender as condições históricas que tornaram possível essa

²⁰ Sambistas contra o projeto da prefeitura, carnaval. *Diário da Noite*, 08 de janeiro de 1980, p. 05.

²¹ “Tratava-se de uma coisa simples, uma orquestra de 32 músicos, montada em cima de um caminhão decorado coberto por um teto de madeira (para dar a ressonância) e sonorizada através de dezoito microfones”. Que diabo é a frevioca? *Diário de Pernambuco*, 24 de fevereiro de 1986 p. A7.

²² Carnaval com frevo e samba é melhor. Ziguezague, *Última hora*. 23 de fevereiro de 1964, p. 04, 2º caderno; Samba está crescendo na capital quente do frevo. *Diário da Noite*, 03 de março de 1965, p. 11; Folião não dá bola para guerra samba – frevo e brinca à vontade. *Diário da Noite*, 20 de janeiro de 1966, p. 02; São falsas as razões da “guerra fria” contra o samba. *Diário da Noite*, 19 de janeiro de 1967, p. 06. Frevo declara guerra a axé-music. *Jornal do Brasil*, 24 de dezembro de 1992, p. 27. Disponível in: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19921224&printsec=frontpage&hl=pt-BR> Acesso em 29/09/2012. Gosto musical não se impõe por decreto. *Diário de Pernambuco*, 14 de janeiro de 1993, p. d1; Lei do frevo terá controle. *Diário de Pernambuco*, 02 de fevereiro de 1993, p. b2; Procuradoria não quer a lei do frevo em Olinda. *Diário de Pernambuco*, 05 de fevereiro de 1993, p. b2; Vereador rebate críticas sobre lei que cria defesa para o frevo. *Diário de Pernambuco*, 10 de fevereiro de 1993, p. b2; Cai a lei do frevo. *Diário de Pernambuco*, 16 de fevereiro de 1993, capa; ver também: TELES, José. O carnaval pernambucano precisa ser reinventado. Suplemento Cultural, Recife: *Diário Oficial*, fevereiro de 1995, p. 05.

agremiação tornar-se um dos símbolos da folia de momo em Recife. Tenho sensibilidade de que o desejo das autoridades municipais em ‘resgatar’ o carnaval de rua da cidade, que segundo os jornais estava em decadência, possa estar relacionado ao sucesso do próprio clube.

Essas considerações iniciais são questões que buscarei analisar de forma mais detalhada durante o doutorado que estou cursando junto a Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro sob a orientação da professora Martha Abreu. Ao enunciar essas questões busco afastar-se de visões preconcebidas sobre a festa e compreender o processo histórico da construção em que a folia de momo recifense estava imersa, como o lugar do leito de conflitos e negociações, bem como também de mudanças e permanências, onde grupos sociais distintos disputaram poder e espaços de visibilidade de diferentes formas. Assim, procuro investigar e interpretar os processos que levaram o Carnaval, a se transformar num dos cartões-postais da cultura pernambucana como uma festa *popular*.

O caminho adotado pela análise faz da festa carnavalesca uma excelente ocasião para visitar a cidade, conhecer suas tensões e vislumbrar as estratégias e auto-imagem de suas habitantes. Ao se propor investigar essas questões, é possível não só compreender o processo de (re) construção do carnaval *popular* do Recife, bem como visualizar outras fabricações possíveis a respeito da capital pernambucana, ultrapassando, assim, os limites que cerceiam a maior parte das interpretações conhecidas sobre esta cidade.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha. Cultura popular: um conceito e várias histórias, In: *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Martha Abreu e Rachel Soihet (Orgs). 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830 – 1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Festa para que te quero: por uma historiografia do festejar*. Revista *Patrimônio e Memória*, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, p. 134-150, jun. 2011.

- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: Máscaras do Tempo_ entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife*. Recife, Fundação de Cultura da cidade do Recife, 1996.
- CERTEAU, Michel. A beleza do morto, In: *A cultura no plural*. Campinas, Papyrus, 1995.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FOUCAULT, Michel, *Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012
- FRANÇA, Déborah Gwendolyne Callender. *Quem deu a ciranda a Lia: a história das mil e uma lias da Ciranda (1960 – 1980)*. Recife, UFPE: Dissertação de Mestrado em História, 2011.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte/ Brasília: Ed.UFMG/UNESCO, 2003.
- LAPENDA, Ana Lucia; BARRETO, José Ricardo Paes; SANTOS, Maria Francisca Oliveira. *Banhistas do Pina: evolução de um bloco*. Recife: Avellar, 1994.
- LIMA, Claudia Maria de Assis Rocha. *Historia do carnaval: A maior folia do mundo*. 1. ed. Recife: Inojosa, 1996.
- LIMA, Claudia Maria de Assis Rocha. *Historia do carnaval: Viva Capiba no maior carnaval do mundo*. 1. ed. Recife: Inojasa, 1998.
- LIMA, Cláudia. *Evoé: história do carnaval. Das tradições mitológicas ao trio elétrico*. 2. ed. Recife: Raízes Brasileiras, 2001.
- MAIOR, Mário Souto & SILVA, Leonardo Dantas. (Orgs). *Antologia do Carnaval do Recife*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1991.
- MENEZES NETO, Hugo. *Tem samba na terra do frevo! a batalha frevo x samba no carnaval multicultural do Recife*. Revista: *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 45-59, nov. 2010.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia, In: *Culturas Políticas na História. Novos Estudos*. Belo Horizonte, MG: Argymentvm, 2009.

REZENDE, Antônio Paulo. *O Recife. Histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002.

SEBE, José Carlos. *Carnaval, carnavais*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1986; *CARTILHA do carnaval*. [Recife]: Prefeitura do Recife, 2008.

SILVA, Leonardo Dantas. Elementos para a História Social do Carnaval do Recife, In: *Antologia do Carnaval do Recife*. Mário Souto Maior e Leonardo Dantas Silva. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1991.

SILVA, Lucas Victor. *O carnaval na cadência dos sentidos: uma história sobre as representações das folias do Recife entre 1910 e 1940*. Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações historiográficas, In: *Cultura política, memória e historiografia*. (Orgs.). Cecília Azevedo.... [et al.]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SOIHET, Rachel. Reflexões sobre o carnaval na historiografia – algumas abordagens. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, Nº. 07, 1999.

TAVARES, Marileide; ARLÉGO, Edvaldo. *Ei, pessoal! vamos conhecer o Recife!*. 3. ed. Recife: Edificantes, 1997.

TELES, José. *O frevo: rumo à modernidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2008.

URFALINO, Philippe. A História da Política Cultural, In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SILVA, A. N. *Quem gosta de samba, bom pernambucano não é? (1955-1972)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

VIDAL, Francisco Mateus Carvalho. *A fresta do Estado e o brinquedo para os populares: histórias da Federação Carnavalesca Pernambucana*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991.